



O delegado que descobriu o plano para assassinar Lula

Ana Maria Campos

O policial Rodrigo Morais Fernandes que está por trás de investigações que abalaram a República atuou em várias operações de repercussão nacional. O delegado da Polícia Federal, que está há 22 anos na corporação, liderou a investigação que apontou uma conspiração para tomar o poder no país contra o governo democraticamente eleito em 2022, envenenar o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva e seu vice, Geraldo Alckmin, para não deixar chance de uma sucessão dentro das regras da Constituição, além de assassinar também o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

O plano veio à tona na última terça-feira (19), com a deflagração da Operação Contragolpe, que investiga as Forças Especiais do Exército, os chamados “Kids Pretos” suspeitos de tentar colocar em prática o golpe de Estado. Ao todo, foram cumpridos cinco mandados de prisão, três de busca e apreensão e 15 medidas cautelares expedidas pelo Supremo no âmbito da operação.

As investigações tiveram início a partir da análise aprofundada de materiais apreendidos durante a Operação Tempus Veritatis, deflagrada em fevereiro deste ano. Essa operação teve como alvos militares e ex-ministros suspeitos de envolvimento em um plano para tentar um golpe de Estado, com o objetivo de manter o ex-presidente Jair Bolsonaro no poder.

Alguns dos presos na operação deflagrada na terça-feira já haviam sido alvos da operação anterior. Foram eles: Rafael Martins de Oliveira, major das Forças Especiais; Hélio Ferreira Lima, ex-comandante das Forças Especiais; Mário Fernandes, general reformado e ex-assessor de Eduardo Pazuello. Desta vez, também foram presos Wladimir Matos Soares, agente da PF e Rodrigo Bezerra de Azevedo, doutorando em Ciências Militares e especialista em guerra não convencional.

Rodrigo Morais, na condição de diretor de Inteligência da Polícia Federal, é também o responsável pela investigação sobre o homem-bomba que jogou explosivos no Supremo Tribunal Federal (STF) e depois explodiu na Praça dos Três Poderes.

Reprodução



Rodrigo Morais Fernandes, novo diretor de inteligência da PF

O departamento é também responsável pelos inquéritos contra o ex-presidente Jair Bolsonaro que tramitam no STF sob a relatoria do ministro Alexandre de Moraes. É o caso do que trata da trama golpista, das fraudes no cartão de vacinas e dos desvios de joias do acervo presidencial. A PF indiciou o presidente Bolsonaro e a apresentação da denúncia depende agora do procurador-geral da República, Paulo Gonet.

A PF também indiciou Bolsonaro por fraude em cartão de vacinação para covid-19, com base em relatório da Controladoria-Geral da União (CGU) que concluiu ser falso o registro de imunização contra a doença que consta do cartão de vacinação de Bolsonaro do ex-presidente.

Nascido em Belo Horizonte, Rodrigo Morais é graduado em direito pela Faculdade de Direito Milton Campos, de Minas Gerais. Ele fez uma pós-graduação em direito público na Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro, e outra em Inteligência de Estado e Inteligência de Segurança Pública na Universidade Newton Paiva, também em Belo Horizonte.

Assim que ingressou na Polícia Federal, foi chefe da Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários da PF, em Manaus, com

atuação em operações de inteligência policial voltadas ao combate à corrupção e fraude em processos licitatórios, a exemplo da denominada Operação Albatroz — que apurou fraudes em licitações com prejuízos de mais de R\$ 500 milhões ao estado.

Deflagrada em 2004, a Operação Albatroz envolveu o deputado estadual Antônio Cordeiro, apontado como o mentor das fraudes. Ele foi condenado a 36 anos de prisão e morreu enquanto aguardava o julgamento do recurso.

Rodrigo Morais esteve no planejamento de operações de inteligência policial em diversas unidades do Brasil, a exemplo da Operação Guabiru — a respeito de esquema de desvio de recursos federais, especialmente do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar da Educação (FNDE), destinados à compra de merenda escolar por prefeituras alagoanas.

Morais foi também chefe do Núcleo de Inteligência da Polícia Federal em Minas Gerais, com participação em operações de inteligência policial, inteligência estratégica e contra-inteligência. Nessa passagem, ele ficou conhecido como o delegado que investigou a facada no então candidato à

Presidência da República Jair Bolsonaro, em setembro de 2018, na cidade de Juiz de Fora.

À época, ele era delegado regional de Combate ao Crime Organizado em Minas Gerais. A investigação concluiu que Adélio Bispo, que deu o golpe na barriga de Bolsonaro, agiu sozinho. Não teria havido um mandante que quisesse atentar contra a vida do então candidato à Presidência da República. Bolsonaro criticou publicamente a conclusão da investigação.

Em Brasília, Rodrigo Morais foi chefe da Divisão de Repressão a Crimes Previdenciários quando liderou operações de inteligência policial voltadas à desarticulação de organizações criminosas que agem para fraudar a Previdência Social. Uma das investigações de destaque foi a Operação Providência, em 2008.

Segundo estimativas da PF, à época, cerca de 3.500 benefícios previdenciários fraudulentos foram intermediados pelos investigados, entre empresários e advogados, com um prejuízo à Previdência Social estimado em R\$ 200 milhões em desvios de recursos que deveriam ser aplicados no auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez.

O delegado foi também responsável por investigações voltadas ao combate de desvios de conduta de servidores da Polícia Federal, a exemplo das operações Avalanche, Persistência, Trovão e Insistência.

Na Operação Avalanche, a Polícia Federal apurou suspeitas de que o publicitário Marcos Valério, condenado como o articulador do esquema do mensalão, intermediou uma negociação para corromper policiais federais e favorecer a Cervejaria Petrópolis, que produz a cerveja Itaipava.

Rodrigo Morais também foi professor de Planejamento Operacional da Academia Nacional de Polícia. Exerceu, ainda, a função de Diretor de Inteligência da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos — responsável pela segurança da Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016;

No início do terceiro mandato do governo Lula, Morais assumiu a Diretoria de Inteligência da PF do Ministério da Justiça e Segurança Pública. No fim de 2025, ele deve se mudar para a Inglaterra, designado para uma temporada de três anos como adido da PF em Londres.